



| | | |
|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| Público 15-12-2017 | Periodicidade: Diário | Temática: Internacional |
| | Classe: Informação Geral | Dimensão: 3001 cm ² |
| | Âmbito: Nacional | Imagem: S/Cor |
| | Tiragem: 51453 | Página (s): 1/2 a 4 |

Angola quer reaver fortunas em “cruzada” anticorrupção

Presidente angolano exige repatriamento voluntário de capitais. Quem não o fizer sofrerá represálias **p2 a4**



2 • Público • Sexta-feira, 15 de Dezembro de 2017

DESTAQUE

ANGOLA

“Cruzada contra a corrupção” exige repatriamento de capitais, voluntário ou à força

O Presidente de Angola, João Lourenço, quer que os “angolanos detentores de verdadeiras fortunas no estrangeiro” sejam os primeiros a investir no país. Numa primeira fase, não serão interrogados “das razões de terem tido o dinheiro lá fora”

Luís Villalobos

Os visados não foram nomeados, mas são certamente poucos e valem muitos milhões. “Pretendemos que os angolanos detentores de verdadeiras fortunas no estrangeiro sejam os primeiros a vir investir no seu próprio país se são mesmo verdadeiros patriotas”, afirmou terça-feira o Presidente de Angola, João Lourenço. Numa iniciativa concreta de combate à corrupção, tema que o acompanha desde a campanha eleitoral, Lourenço dividiu a estratégia em duas partes.

Primeiro, disse que o Governo vai, no início do ano que vem, “estabelecer um período de graça durante o qual todos aqueles cidadãos angolanos que repatriarem capitais do estrangeiro para Angola e os investirem na economia” não irão ser “molestados”, “interrogados das razões de

terem tido o dinheiro lá fora”, ou “processados judicialmente”. Será algo equivalente ao que já se fez em Portugal, com uma amnistia fiscal ao dinheiro não declarado.

Depois, diz, será vez de um movimento mais musculado. Fim do prazo, que será ainda estabelecido, e sem que o dinheiro regresse, “o Estado angolano sente-se no direito de considerar dinheiro de Angola e dos angolanos e como tal agir junto das autoridades dos países de domicílio, para tê-lo de volta em sua posse”, atirou João Lourenço, perante uma plateia repleta de altos membros do MPLA, em Luanda.

Em rigor, Lourenço discursou enquanto vice-presidente do partido que controla o país, no âmbito de um seminário intitulado *O MPLA e os desafios do combate à corrupção*, organizado pelo seu grupo parlamentar. Nele, Lourenço exortou as instituições a cumprirem o seu papel “contra a corrupção e bran-

queamento de capitais”, como a Unidade de Informação Financeira, os Serviços de Investigação Criminal, a Procuradoria-Geral da República e os tribunais.

Sem mais informações, torna-se mais difícil de perceber como é que o sucessor de José Eduardo dos Santos planeia chegar ao dinheiro que não foi repatriado voluntariamente. Como ferramentas de auxílio há, por exemplo, o caso da African Legal Support Facility, ligada ao Banco Africano de Desenvolvimento, que tem ajudado a Tunísia a identificar e recuperar activos que saíram de forma indevida do país.

O tema do fluxo ilícito de capitais tem sido um dos pontos centrais da Comissão Económica para África, das Nações Unidas, que estima a saída deste continente de 50 mil milhões de dólares por ano, e há também o *Stolen Asset Recovery Initiative* (Star), organismo ligado ao Banco Mundial e à ONU que trabalha com países em



Omérito e a parentalidade vistos por José Edua

José Eduardo dos Santos nomeou a filha para a chefia da Sonangol quando era Presidente da República, dando-lhe a liderança da maior empresa angolana (embora em crise). Isto quando outro filho, José Filomeno, já liderava o Fundo Soberano de Angola, responsável pela gestão de cinco mil milhões de dólares. O caso, datado de Junho de 2016, levantou bastante polémica em Angola, e acabou por ter um ponto final a 15 de Novembro deste ano, quando o novo chefe de Estado, João

Lourenço, exonerou Isabel dos Santos e substituiu-a por Carlos Saturnino (anteriormente afastado da Sonangol por Isabel dos Santos). Apesar de ter sido o mais visível, este foi apenas um entre vários movimentos de substituição de João Lourenço em empresas e organismos do Estado, demarcando-se do seu antecessor (que tentara reforçar algumas das nomeações pouco antes de sair do cargo). Desde essa altura, José Eduardo dos Santos, que esteve fora em tratamentos médicos em Espanha, não foi visto nem nada





MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

do dos Santos

disse sobre as acções de João Lourenço. Esta semana, no entanto, discursou na terça-feira no seminário do partido sobre corrupção, na qualidade de presidente do MPLA. Para Eduardo dos Santos, citado pela agência de informação do Estado, a Angop, e referindo-se ao nepotismo, "os cidadãos qualificados não deviam deixar de ser nomeados pela razão de parentesco, ao contrário do branqueamento de capital, sempre condenável por estar subjacente a uma actividade ilícita".



desenvolvimento e ajuda à recuperação de activos desviados dos países (está a ajudar, por exemplo, a Nigéria e a Ucrânia).

Seja como for, Lourenço promete uma acção de força se nada acontecer de forma voluntária, o que faz um conhecedor dos assuntos angolanos, que solicitou o anonimato, não excluir a hipótese de confisco de bens, podendo depois haver recurso da decisão.

Neste campo, Portugal terá certamente um papel central, já que tem sido um palco privilegiado de investimentos angolanos (nomeadamente no imobiliário), principalmente a partir do fim da guerra civil, em 2002, a que se seguiu uma fase em alta dos preços do petróleo, propícia à circulação de capitais.

As ligações a Portugal

"Em nenhum outro lugar além de Portugal os interesses angolanos gozam de tanta influência e respei-

João Lourenço exortou as instituições angolanas a cumprirem o seu papel "contra corrupção e branqueamento de capitais"

tabilidade", escreveu Ricardo Soares de Oliveira no seu livro *Magnífica e miserável - Angola desde a guerra civil*, editado em 2015.

Questionado agora pelo PÚBLICO sobre o significado e impacto das declarações de João Lourenço proferidas esta quarta-feira, Ricardo Soares de Oliveira começa por dizer que a decisão anunciada "deve ser aplaudida sem reservas". No entanto, acrescenta, colocam-se duas questões. "Toda a gente que tem dinheiro no exterior e que não repatria vai ter problemas, ou apenas a família e aliados do ex-presidente? Se o resultado é apenas retaliação contra os interesses próximos de José Eduardo dos Santos, estaríamos no domínio da *vendetta* (e da consolidação →

ANGOLA

do poder de J.L.) e não da reforma". Se a força da lei "se aplicar a toda a gente", destaca, "muitos amigos do actual Presidente também terão problemas". Em segundo lugar, a questão é se isto significa "que Angola vai finalmente cooperar com a justiça portuguesa e em outros países", ou se "cada investigação de interesses angolanos no exterior vai continuar a ser definida como um ataque à soberania nacional".

Quem já se pronunciou foi Isabel dos Santos, empresária milionária e filha do anterior presidente, que afirmou, citada pela imprensa local, que a medida anunciada por João Lourenço não é uma novidade e já foi aplicada em outros países. "O que importa realmente é percebermos que Angola precisa de investimentos", disse.

No seu discurso, João Lourenço enquadra a questão do repatriamento de capitais na actual conjuntura de crise económica, derivada da baixa do preço do petróleo e com Angola a precisar de dinheiro – nacional e estrangeiro – para desenvolver a diversificação e deixar de depender dos hidrocarbonetos. "Não é crível que o petróleo volte alguma vez a atingir os elevados preços que alcançou no passado", disse, concluindo que "só a decisiva diversificação" da economia angolana "permitirá seguir adiante com as reformas necessárias, reduzir os desequilíbrios macroeconómicos, acelerar o crescimento e atingir o desenvolvimento pleno e sustentável".

Com a população a sofrer com a perda de poder de compra, e numa altura em que está a ultimar o Orçamento do Estado para 2018, o primeiro da nova presidência, e a elaborar o plano de desenvolvimento nacional para 2018-2022 (que inclui novos impostos, como o IVA), é natural que o executivo queira mostrar uma acção positiva na gestão dos fundos públicos.

Uma "verdadeira cruzada"

"Estamos de acordo que é necessário um clima de estabilidade política e social e que nem tudo pode ser feito num dia e de forma radical, mas sabemos também que as expectativas dos cidadãos são elevadas e não podem continuar a ser defraudadas", destacou Lourenço, alertando para que "não se confunda a luta contra a corrupção" com "a perseguição aos ricos ou a famílias abastadas".



Pelo meio do que apelidou de "verdadeira cruzada de luta contra a corrupção, nepotismo, o compadrio em todas as esferas" da sociedade angolana e "a todos os níveis" (fazendo lembrar o discurso proferido em 2013 pelo Presidente chinês, Xi Jinping, contra a corrupção, desde os "tigres" até às "moscas"), não faltou mesmo uma referência ao seu antecessor, José Eduardo dos Santos. A iniciativa do MPLA, do qual Eduardo dos Santos ainda é presidente – discursou no dia anterior a Lourenço, afirmando que a corrupção é o segundo maior mal depois da guerra, e reconhecendo "excessos praticados por agentes públicos e privados" –, "peca apenas por ser tardia". Isto, disse o novo chefe de Estado, "se tivermos em conta que o país vive em paz há 15 anos, em plena fase de reconstrução nacional no quadro de uma economia de mercado, e que foi precisamente nesse período que estes fenómenos perniciosos e condenáveis nasceram, cresceram, se enraizaram e ameaçavam se perpetuar, sem que se tivesse enfrentado com a determinação e coragem que se impunham".

De resto, há algo de que Lourenço já está bem ciente, e que foi assumido pelo próprio. O combate à corrupção com o qual se comprometeu publicamente, interna e externamente, "não é uma tarefa fácil", porque "vai encontrar pela frente interesses profundamente enraizados e pôr eventualmente em causa agentes públicos que colocam os seus interesses pessoais e de família acima do interesse público".

luis.villalobos@publico.pt



Este encontro pode assim caracterizar e condenar aqueles actos ilícitos que atentam contra a dignidade e a credibilidade do Estado e incriminam quem é suposto representá-lo junto do povo

Era essencial estabelecer primeiro uma plataforma de entendimento que nos fizesse agir a todos, partido e Estado, na mesma direcção

A direcção do MPLA, como órgão colegial, assume colectivamente a responsabilidade do que se passou, e que se deveu à nossa inacção e de cujas consequências está hoje o país a pagar

João Lourenço
Presidente de Angola

Discurso de João Lourenço trouxe desafios e interrogações



Opinião
Eugénio Costa Almeida

O rescaldo do recente seminário do MPLA, que teve por base o combate à corrupção, ao nepotismo e ao branqueamento de capitais, poderá ter sido mais amargo para algumas pessoas e militantes do partido do que a iniciativa fazia prever.

Se na abertura do seminário, José Eduardo dos Santos, enquanto presidente do MPLA, defendeu que os militantes deveriam dar um claro apoio ao executivo saído das eleições de 23 de Agosto no combate à corrupção e ao nepotismo no país e que o MPLA tem de liderar uma "sociedade mais justa", algo que já defendera em recentes discursos ao país de ano novo e na Assembleia Nacional (AN), saltou igualmente à vista dos analistas a total omissão do nome do líder do executivo e o ênfase ao caminho do partido.

Por isso era esperada com alguma curiosidade as palavras de encerramento de João Lourenço, Presidente da República, líder do executivo e vice-presidente do MPLA. E elas não decepcionaram; e começou logo pela saudação onde o ricochete da "lapada" se fez sentir: o "Camarada Presidente" foi omitido!

Mas o mais importante que sobressaiu das palavras de Lourenço foram, ou acabaram por ser, além do sublinhar dos combates que o seminário abordava, o repto aos capitais nacionais expatriados retornarem a Angola, numa primeira fase, sem custos ou penalizações, para serem reinvestidos em empresas geradoras de bens, de serviços,

indústrias e outras para benefício dos angolanos.

E sublinhou que esse retorno não só não implicaria algum tipo de investigação – tipo "caça às bruxas" – sobre a forma como teriam sido obtidos esses capitais e como teriam saído, como seria um certo incentivo ao investimento externo no País. Uma exigência que não tinha qualquer ideia subentendida de perseguição aos ricos ou a famílias abastadas, mas um claro combate à corrupção.

As dúvidas que se põem prendem-se em duas pertinentes questões: i) findo um prazo apremiado e não havendo cumprimento do livre retorno dos capitais, como é que o Estado angolano poderá considerar, estes, dinheiro de Angola e dos angolanos e como tal agir junto das autoridades dos países de domicílio, para tê-lo de volta, e como é que se poderá concretizar, de facto, o seu retorno? ii) e em que medida esta decisão envolverá Portugal, considerado como um dos destinos preferenciais de capitais angolanos?

Duas questões que só as relações jurídicas entre os Estados poderão resolver, depois de o executivo legislar sobre esta matéria. E, no caso de Portugal, será mais interessante, tendo em conta o caso Fizz/Manuel Vicente.

Finalmente, outro facto importante, ou talvez, ainda mais, nas palavras de João Lourenço. O "exigir" que a AN cumpra a sua função de exercer "de facto a sua função fiscalizadora do executivo, nos termos previstos na Constituição e na Lei". Ora, sabe-se que o Tribunal Constitucional, a pedido do executivo de dos Santos, declarou que o Parlamento não (de)tinha essa competência. Fica a questão.

Investigador do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL)